



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: APONTAMENTOS E INQUIETAÇÕES

CHALLENGES OF EDUCATION IN TIMES OF PANDEMIC: NOTES AND CONCERNS

CARMO, Erinaldo Ferreira¹

RESUMO:

A pandemia da Covid-19 provocou uma profunda transformação na prática educacional no mundo inteiro, com a suspensão das atividades presenciais e a adaptação do ensino às atividades remotas. Esse drama expôs e agravou os problemas da educação escolar no Brasil, alargando o fosso entre redes de ensino e alterando significativamente o desempenho dos estudantes e profissionais da educação. O critério econômico tornou-se ainda mais revelador das discrepâncias existentes no acesso à educação. Nesse cenário sombrio, com o recrudescimento da Covid-19 no país, milhares de docentes tiveram que ressignificar suas práticas, tendo como suporte as novas tecnologias, enquanto estudantes das redes públicas precisaram de apoio, além do pedagógico, para suprir suas necessidades materiais. A tecnologia, que ora se mostra como solução, é também o problema central nesse contexto, pois não fez parte da formação acadêmica de grande parte dos docentes e ainda é um item faltante para uma larga parcela dos estudantes das camadas mais populares. Desse modo, o presente estudo propõe uma reflexão sobre as adaptações decorrentes da pandemia no setor educacional, em especial, considerando a realidade do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Ambiente Virtual de Aprendizagem; Colégio de Aplicação; Ensino Remoto Emergencial; Pandemia; Sala de Aula Virtual.

1 Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, PE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8983-1980>. e-mail: erinaldo.fcarmo@ufpe.br



ABSTRACT:

The pandemic has prompted worldwide a profound transformation in educational practice, with the suspension of face-to-face activities and the adaptation of teaching to remote activities. This drama exposed and worsened the problems of school education in Brazil, widening the gap between education networks and significantly altering the performance of students and education professionals. The economic criterion has become even more revealing of the existing discrepancies in access to education. In this gloomy scenario, with the upsurge of Covid-19 in the country, thousands of teachers had to reframe their practices, supporting new technologies, while students from public schools needed support, in addition to teaching, to meet their material needs. Technology, which is now shown as a solution, is also the central problem in this context, as it was not part of the academic training of most teachers and is still a missing item for a large portion of students from the most popular classes. Thus, the present study proposes a reflection on the adaptations resulting from the pandemic in the educational sector, in particular, considering the reality of the Teachers' Training School of the Federal University of Pernambuco.

KEYWORDS: Virtual Learning Environment; College of Application; Emergency Remote Teaching; Pandemic; Virtual Classroom.

Introdução

A educação escolar foi, indubitavelmente, bastante afetada pela pandemia da Covid-19. Repentinamente, as redes e unidades de ensino tiveram que correr em busca de alternativas que permitissem a manutenção das aulas, utilizando, quando possível, plataformas digitais. Evidentemente, as diferentes realidades levaram as escolas para caminhos distintos, considerando que o acesso às novas tecnologias ocorre de forma desigual, quando comparadas as regiões do país, bem como as distinções entre campo e cidade, centro e periferia.

Quando as diversas escolas do país suspenderam suas atividades, em meados de março de 2020, havia a expectativa de retorno em poucos meses com a devida reposição da carga horária. Nesse contexto, no dia 15 de março de 2020, quando o Consórcio *Universitas*, formado por diferentes universidades do Estado de Pernambuco, ao qual integra a Universidade Federal de Pernambuco, decidiu pela suspensão temporária das atividades presenciais, em virtude do surgimento dos primeiros casos confirmados de vítimas da Covid-19, o Colégio de Aplicação, como parte da Universidade, também teve



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

suas aulas suspensas. Nesse momento, foi emitida à comunidade escolar nota explicativa do posicionamento do Colégio.²

Nos meses seguintes, com o agravamento da pandemia, a volta às aulas tornou-se inviável, quando aumentaram as incertezas quanto ao retorno à normalidade da vida social e retomada do ano letivo. Aumentaram, também, a angústia da comunidade escolar e a pressão das famílias sobre a gestão da escola. Nesse período de incertezas, a sociedade conviveu não apenas com o medo da doença e da morte, mas também com o desemprego e a falta de renda.³

Nos desdobramentos da situação pandêmica, a crise na saúde pública tornou-se também um problema econômico e político, tendo como agravamento os incentivos do presidente da República ao descumprimento das medidas sanitárias de isolamento social e uso de máscara, além da divulgação de medicamentos indevidos. Por isso, o neurocientista Nicolelis atribui parte do fracasso no combate à pandemia no Brasil à falta de comprometimento do governo federal e inércia do ministério da saúde.⁴

Com o passar do tempo e o avanço da pandemia, os governos locais foram levados à adoção de medidas mais restritivas, quando as escolas tiveram que adotar novas práticas educacionais, que até então não faziam parte de sua estrutura pedagógica e organizacional. As escolas foram adaptadas à realidade imposta, com medidas urgentes que representam uma nova modalidade de ensino: o Ensino Remoto Emergencial, então empregado massivamente em distintas realidades. É nesse cenário de aulas remotas e reordenamento das práticas educacionais que se lastra o presente estudo, tomando como ponto de observação o Colégio de Aplicação da UFPE, porém, sem perder de vista a abrangência do contexto e a realidade nacional.

1. O Ensino Remoto Emergencial

Diferente do Ensino a Distância, que apresenta um formato digital planejado e estruturado em redes, o Ensino Remoto Emergencial diz respeito ao modelo que surgiu para ser utilizado urgentemente e de forma temporária, contemplando as exigências das autoridades sanitárias para o distanciamento físico entre as pessoas, sendo composto,

2 Disponível em: https://www.ufpe.br/cap/noticias/-/asset_publisher/jr5LXgpb6GYC/content/nota-sobre-a-suspensao-das-atividades-escolares-presenciais-e-a-distancia/40663

3 O Colégio criou a "Campanha do Bem" com o objetivo de movimentar a comunidade para a doação de cestas básicas às famílias em situação de maior vulnerabilidade. A campanha foi, posteriormente, ampliada com a distribuição de livros e itens de higiene, além dos produtos alimentícios.

4 BBC (08/01/2021) <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55579329>; RBA (08/03/2021) <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/03/pandemia-fora-de-controle-nicolelis-preve-pior-marco-da-historia-do-brasil/>



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

geralmente, de práticas pedagógicas centradas nas novas tecnologias digitais, estabelecidas em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com aulas síncronas (*online*) e assíncronas (sem interação simultânea).⁵

Enquanto o Ensino a Distância é projetado para ocorrer do início ao fim do curso de forma mediada por tecnologia digital, e não foi pensado para o público infante-juvenil que compõe a educação básica, o Ensino Remoto Emergencial tem uma aplicação efêmera, como um modelo alternativo para a redução de perdas, a ser imediatamente substituído pelo formato presencial, tão logo seja possível.

A modalidade de Ensino a Distância é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 80) e Decreto nº 9.057/2017. Já o Ensino Remoto Emergencial foi adotado como uma alternativa temporária, por vezes improvisada, como solução pontual ao problema imediato de isolamento imposto pela pandemia. E enquanto nos cursos na modalidade de Ensino a Distância não existe uma obrigatoriedade de atividades síncronas nos ambientes virtuais e os estudantes têm uma flexibilidade na participação e na realização das atividades, no Ensino Remoto Emergencial a participação nas aulas síncronas pode ser critério obrigatório e de cômputo para registro de frequência e carga horária.

Nessa mudança súbita, em tantas instituições, a implantação do Ensino Remoto Emergencial pode fazer o aprendizado nessa modalidade parecer uma opção de baixo rendimento. Tal resultado se dá, de acordo com Hodges *et al* (2020), pela rapidez na sua implantação, sem tempo e sem condições para o devido planejamento, e não apenas pelo fato de o ensino ser remoto. Isso ocorre porque nenhum profissional da educação que tenha feito essa abrupta transição, nessas circunstâncias, poderá tirar o máximo de proveito dos recursos e possibilidades do formato virtual. Por outro lado, o baixo rendimento também pode resultar da precariedade dos serviços.

Evidentemente, cada realidade escolar apresenta formas diferenciadas para o enfrentamento à crise. Assim, o Ensino Remoto Emergencial, em certas circunstâncias, não se dá em Ambiente Virtual de Aprendizagem, e sim com a entrega de atividades impressas, sem o uso direto de plataformas digitais ou redes sociais, principalmente nas escolas públicas, que tateavam no apagão tecnológico. Na realidade nacional, de marcantes desigualdades, a mediação das tecnologias digitais sempre se constituiu um grande desafio no processo de ensino e aprendizagem. Desafio que se mostra na

5 O Ensino Remoto Emergencial foi viabilizado com o posicionamento do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020, que reorganiza o calendário escolar e autoriza o cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

dificuldade de acesso e de interação à infraestrutura básica em muitas escolas públicas que não conseguem oferecer o mínimo necessário em plataformas digitais. Inclusive, muitas não têm sequer conexão à rede de *internet* e contam com uma formação precária dos seus professores.

2. A transição para o ensino remoto

Em todo o país, diversas escolas, nas diferentes redes de ensino, identificaram a necessidade de ajustes no formato dos encontros para dar continuidade às aulas. Dessa forma, várias instituições determinaram que as atividades presenciais deveriam ser transpostas, por meio de ferramentas digitais, para um modelo de educação remota. Nesse período, a rede privada de ensino e, também, algumas redes municipais e estaduais enfrentaram vários momentos de abertura e de fechamento das escolas por conta de determinações dos governos e de decisões judiciais.

No Colégio de Aplicação da UFPE, especificamente, dois meses após a decisão de interrupção das atividades presenciais e sem expectativa de retorno, os servidores do Colégio (docentes e técnicos) optaram pelo retorno virtual não obrigatório, incentivando as atividades lúdicas multidisciplinares e estimulando a integração entre estudantes e escola. Para isso, foi criado o espaço virtual CAp na Quarentena.⁶

Nessas atividades multidisciplinares de integração, os docentes também disponibilizaram fichas de atividades didáticas aos estudantes e encontros *online* com temáticas diversificadas, voltadas aos diferentes níveis de escolaridade. Esse ambiente virtual serviu de adaptação aos trabalhos posteriormente adotados nas aulas remotas. Após três meses sem atividades presenciais, foi realizado o planejamento para o início das aulas remotas, tendo essa ação mobilizado toda a comunidade escolar. Aos servidores foram oferecidos cursos de formação, com o apoio da Rede de Vivências Formativas do Hub-Educat⁷ e de docentes do Centro de Educação da UFPE.

Paralelamente, pedagogas e psicólogas do Colégio ampliaram o atendimento aos estudantes no enfrentamento ao isolamento social e as coordenações dos cursos Fundamental e Médio promoveram o levantamento das demandas e perfis dos estudantes

6 O site institucional CAp na Quarentena foi criado para conectar a comunidade escolar, como ferramenta de interação, de participação opcional e sem a pretensão de substituir as aulas presenciais. Disponível em: <https://sites.google.com/capufpe.com/capnaquarentena>.

7 O Hub de Criatividade, Empreendedorismo e Inovação Educacionais – Educat, da UFPE, incentiva a inovação na educação, contribuindo com iniciativas sustentáveis de ensino-aprendizagem. Disponível em: <http://hubeducat.ufpe.br/#>



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

no que se refere ao acesso aos recursos tecnológicos. O levantamento identificou a demanda de 42 estudantes, o que corresponde a 10% do alunado do Colégio, por equipamentos e rede de acesso à *internet*.

Com o apoio da Reitoria da Universidade, foram entregues a esses estudantes aparelhos celulares para o início das atividades. Na sequência, esses foram substituídos por *tablets* cedidos pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis – PROAES. Aos estudantes sem acesso à rede de *internet* foi concedida, com o apoio do Gabinete do Reitor e da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças – PROPLAN, uma bolsa mensal para aquisição de um plano de *internet*. No total, no ano letivo de 2020, 53 estudantes receberam bolsas de assistência estudantil e 11 receberam bolsas de acesso à *internet*. No ano letivo de 2021, o total de bolsas de assistência estudantil foi elevado para 130. Aos estudantes também foram destinadas a formação prática e uma Cartilha⁸ com orientações gerais para o estudo remoto.

3. A escola em casa

A novidade do trabalho domiciliar pegou muita gente de surpresa. Na nossa tradição de programar o horário de sair de casa, com todas as ações que antecedem esse ato, acrescentando o deslocamento até a escola e o esforço para cumprimento dos horários, nos deparamos com a comodidade de acordar e dormir em horários diferentes, nos livramos dos transtornos do trânsito, alteramos o ritmo das aulas, porém, essas mudanças nos apresentaram um imenso desafio: a adaptação do ambiente familiar, o espaço privado da casa, em uma extensão do local de trabalho, ainda com o acúmulo de outras tarefas do lar.

Além desse, outros desafios também se apresentaram no trabalho remoto domiciliar: a falta de estrutura adequada, considerando o tamanho restrito da grande maioria dos lares, sem ambientes adequadamente planejados para trabalhos e estudos; a baixa qualidade da rede de internet em algumas áreas suburbanas e interioranas; e a ausência de equipamentos tecnológicos de qualidade e em quantidade suficiente nas moradias. De repente, as famílias se viram na necessidade de ter mais de um computador em casa para atender às demandas de cada pessoa por atividades remotas.

No que diz respeito à comodidade dos estudantes, a facilidade no uso das novas

8 Este documento apresenta, de forma didática e simplificada, informações básicas sobre aulas síncronas e assíncronas, calendário escolar, e-mail institucional, uso do Google Classroom e do Google Meet. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39038/0/Cartilha+CAp/180cd713-454c-4626-82fb-0dfd9a170176>



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

tecnologias no trabalho remoto foi pensada como um benefício à aprendizagem. Porém, mesmo considerando que as crianças da presente geração têm experiência na interação com as novas tecnologias digitais, por conta da intensa utilização de jogos e de aplicativos, a relação que é estabelecida nesses ambientes para promover a educação é bastante diferente e, por vezes, não prazerosa, como identifica Alves (2020).

E é exatamente esse público em idade escolar que requer maior atenção no emprego dessas tecnologias. A Sociedade Brasileira de Pediatria orienta que o período de exposição à tela seja limitado e proporcional à idade e à etapa do desenvolvimento cerebral-mental-cognitivo-psicossocial da criança:⁹ criança com idade entre 2 e 5 anos deve ter o tempo de tela limitado ao máximo de 1 hora/dia; criança entre 6 e 10 anos de idade deve limitar o tempo de tela ao máximo de 2 horas/dia; e para crianças e adolescentes com idades entre 11 e 18 anos, o tempo de tela deve se limitar a 3 horas/dia. As crianças, sempre com a supervisão de um responsável adulto.

Aqui surgem outros problemas do ensino remoto: o limite de tempo dos adultos no acompanhamento das atividades das crianças e a falta de conhecimentos específicos para as tarefas de cada componente curricular.¹⁰

As atividades assíncronas, sejam por televisão, *internet* ou material impresso, requerem dos estudantes práticas de autoestudo e autoaprendizagem que são próprias da modalidade de Ensino a Distância, como observam Cunha *et al* (2020), sendo que essas práticas não se adequam ao Ensino Remoto Emergencial, nem ao formato de estudo próprio das crianças. Com isso, torna-se fundamental ao ensino remoto o acompanhamento feito pelos pais.

4. A não escola

A urgência no estabelecimento de outra modalidade de ensino, adaptada à situação pandêmica, nos levou à criação de uma educação efêmera, que não pode ser justificada, exceto pela ausência de outra possibilidade. Esse momento provisório representa o não lugar da escola, quando a sala de aula se deslocou para a casa, onde os pais passam a desempenhar a função de organizar o horário e fiscalizar o seu cumprimento. Houve,

9 Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-atualiza-recomendacoes-sobre-saude-de-criancas-e-adolescentes-na-era-digital/>

10 Muitas famílias estão em atividade home office, além do acompanhamento contínuo das tarefas remotas dos filhos. Assim, ao tempo empregado no trabalho em casa soma-se o tempo requerido para o acompanhamento e o apoio aos estudos dos filhos, acrescentando, ainda, a problemática da falta de conhecimento apropriado de muitos pais na supervisão da aprendizagem da criança.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

igualmente, o deslocamento de mecanismos disciplinares da escola para as residências.

Essa tarefa é desempenhada na escola por equipes multidisciplinares, enquanto nas residências é transposta aos pais e aos responsáveis, não habilitados a essas práticas ou, por vezes, sem a formação adequada para orientar os seus filhos em questões funcionalmente atribuídas à escola. Não é incomum encontrar entre os estudantes aqueles que têm nível de escolaridade superior ao dos pais, não podendo assim contar com esses na ajuda à resolução de tarefas assíncronas, fato que exige dos educandos uma elevada carga de autonomia nos estudos.

Ao mesmo tempo, sabemos da importância da presença física do estudante no espaço escolar, pois esse exerce influências diretas e indiretas sobre suas condições de estudo e aprendizagem. O Ambiente construído com o fim educacional não tem como ser substituído pela residência ou outro espaço, exceto nas excepcionalidades, visto que esse local de vivências sociais e cognitivas está impregnado de signos, valores, memórias e relações afetivas fundamentais à maturação da criança.

Quando esse ambiente é acolhedor e facilitador das relações sociais pacíficas e harmônicas, ele se transforma no lugar de identidade da educação, no seu sentido mais abrangente, pois a relação com a educação pressupõe uma identificação com o ambiente onde ela se desenvolve. Estudos de Carmo e Barroso (2018) indicam a disposição do estudante em se relacionar com os outros (colegas e professores), nesse espaço, para o qual expressa sentimentos de pertença e apreço.

Os estudos do Envolvimento do Estudante na Escola, que abrangem as relações emocionais no ambiente de ensino (dimensão afetiva), as atitudes amistosas proativas (dimensão comportamental) e os esforços voltados à aprendizagem (dimensão cognitiva), constata que as crianças, quando se sentem acolhidas pelo seu grupo de convívio, apresentam níveis mais elevados de comportamento social e de desempenho escolar, bem como registram menos insegurança. Logo, sua segurança e sua autonomia intelectual se desenvolvem no coletivo, não no isolamento.

Nesse entendimento, de acordo com Veiga *et al* (2012), estudantes que têm uma forte relação de amizade com os seus colegas de sala tendem a gostar mais do ambiente escolar, desenvolvem o sentimento de pertencimento ao grupo, faltam menos às aulas e apresentam uma maior dedicação aos estudos, além de assumirem mais responsabilidades em seus trabalhos escolares, convergindo para uma autonomia de estudos que lhes permite agir da mesma forma também individualmente. É a expressão do grupo refletida no indivíduo, no sentido durkheimiano de fato social. O grupo fortalece o sujeito. Assim, ao se falar sobre autonomia, pressupõe-se que os estudantes com um bom envolvimento na escola estão mais propícios à realização de trabalhos, mesmo quando sozinhos, e à



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

obtenção de melhores desempenhos em processos avaliativos, o que se reflete em melhores resultados escolares e ainda na redução das taxas de retenção e evasão.

5. Preparando a comunidade

Uma das primeiras atribuições da escola, com a adoção das atividades remotas, foi a interação com as famílias e com os estudantes no sentido de formar uma conscientização da situação vivida e das medidas necessárias para manter o vínculo da comunidade escolar. De início, os profissionais do Colégio de Aplicação, por meio dos encontros remotos no espaço virtual CAp na Quarentena, assumiram esse papel de conscientizar a comunidade sobre a pandemia e os riscos de contaminação, com a transmissão de orientações para pessoas que nem sempre conseguem acompanhar em tempo real o que está acontecendo. Com isso, a formação de um conhecimento amplo sobre o tema tornou-se essencial, como medida de segurança à vida e à saúde dos estudantes, pais e servidores, e como resistência e enfrentamento à insurgente postura negacionista e às mensagens falsas divulgadas nas redes sociais.

Também se fez importante à escola apresentar aos estudantes e às famílias o projeto do Colégio com o Ensino Remoto Emergencial. Nele, não basta ao estudante conhecer e fazer uso das ferramentas digitais. O projeto educacional precisa identificar o que se pretende com tal recurso pedagógico e registrar se ele é o mais adequado ao percurso que se pretende estabelecer, porque, acompanhando o pensamento de Moreira *et al* (2020), o simples emprego de interfaces digitais não garante avanços nas práticas educacionais. Por outro lado, sabe-se que a educação da era digital exige um investimento em um sistema de apoio ao estudante que leva um longo período para ser identificado e construído, e que qualquer projeto educacional informatizado precisa de um tempo de planejamento e maturação de ideias, quando é exatamente esse tempo o que não se tem.

Para amenizar os transtornos decorrentes da falta de tempo para o adequado planejamento e de hábitos no emprego das novas ferramentas digitais para as aulas, fez-se necessário o estabelecimento de uma rotina de estudos, de forma a facilitar aos estudantes a associação de cada conteúdo às unidades correspondentes, numa sequência didática, com o uso dos recursos e de ferramentas necessárias à realização de tarefas. Nesse sentido, tornou-se fundamental à escola ajudá-los a priorizar e sequenciar as atividades, com a estipulação de dias e de horas de dedicação à realização das tarefas apresentadas por cada componente, em cada unidade.

A fixação de um horário de estudos tornou-se relevante, não apenas para preservar o hábito, mas também para não romper o tempo necessário de dedicação exclusiva aos estudos. Obviamente, essa ação torna-se ainda mais difícil nas atividades remotas,



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

quando o espaço domiciliar não é apropriado, pois faz com que a atenção do estudante se desvie para tantas outras coisas da casa, que não a aula, como a concorrência da TV, do irmão, do animal de estimação, dos diálogos familiares e tantas outras questões corriqueiras que atraem a atenção.

Evidentemente, o ensino remoto, mediado por tecnologia digital, é um arranjo circunstancial que procura reduzir danos, mas não substitui o ensino presencial, nem compensa a sua ausência. Estar na escola fisicamente é uma prática inerente à essência da formação escolar, pois a relação entre docentes e discentes ocorre com o contato direto, a percepção de sentimentos, o olhar nos olhos, não através de quadrinhos na tela do computador. Por isso, estudantes precisam estar cientes da realidade que os afeta e com isso compreender que o ensino escolar remoto só se justifica por uma causa maior: a preservação da vida.

6. A sobrecarga docente

A adoção do ensino remoto esbarrou na falta de formação apropriada e de infraestrutura adequada à realização das atividades em plataformas virtuais para um número significativo de professores que atuam na educação básica, principalmente na rede pública. Esse problema, segundo Saraiva *et al* (2020), gerou ainda mais estresse aos professores, acompanhado de muita ansiedade e um forte sentimento de impotência e de fragilidade. Nem mesmo os professores que já utilizavam ambientes virtuais *online* em suas práticas pedagógicas imaginavam viver uma mudança tão abrupta devido à expansão desgovernada da pandemia.

Os professores, que em seus respectivos cursos de licenciatura aprenderam que as aulas são um aspecto educacional de um sistema projetado para a promoção de saberes, com o devido apoio aos estudantes, viram-se diante de um imensurável desafio: ajustar-se ao ensino escolar remoto, quando suas práticas sempre foram, até então, programadas para serem ofertadas nas relações sociais diretas, possibilitadas pelos encontros na escola. Essa abordagem reconhece a aprendizagem como um processo social e cognitivo, não apenas para a transmissão de informações.

Os estudos tardifianos apontam que os professores também tomam por base os conhecimentos das práticas escolares. Isso significa considerar que, de maneira direta e indireta, a prática mobiliza saberes que produzem certo impacto nas aulas dos professores. E sempre foi assim na rotina escolar, até mudar, de um dia para o outro, sem tempo hábil para apropriação e adaptação, causando estranhamento aos docentes, visto que a prática profissional está alicerçada no acúmulo de saberes apropriados e



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

experiências vividas no chão da escola.

Com isso, muitos professores sentiram-se emocionalmente debilitados, como afirmam Arruda *et al* (2020), pois as práticas docentes, mesmo com o uso da mais avançada tecnologia, podem reproduzir efeitos danosos, quando não adequadamente planejadas. Os professores precisam de condições favoráveis para a boa execução das atividades remotas, muito mais do que nas aulas presenciais, pois a essas já estão acostumados. E essas condições passam pela posse do equipamento digital e, principalmente, pelo conhecimento da tecnologia e do ajustamento de suas aulas, com instrumentos, técnicas e dinâmicas moldadas agora para a prática remota.

Vê-se que as dificuldades impostas ao professor comprometem não apenas a sua vida profissional, como também sua relação social e familiar. Em sua pesquisa sobre a utilização de ferramentas digitais nas atividades remotas, Ribeiro Junior *et al* (2020), identificam que mais da metade (52%) dos professores pesquisados possui limitações de conhecimento no uso das tecnologias educacionais e grande parte desses profissionais precisam da ajuda de terceiros. É nesse sentido que o trabalho domiciliar do docente envolve a família e afeta a sua vida privada.

O tempo, também, é comprometido pelo novo formato de trabalho do docente, interferindo negativamente em sua qualidade de vida. Em média, os professores utilizam quatro horas na produção de material didático para uma hora de aula remota. Esse fato é ainda mais prejudicial às mulheres, que executam outras tarefas em casa. Para a grande maioria das professoras, o exercício da docência se mistura às atribuições domésticas, como varrer, cozinhar e cuidar das crianças. Essa situação revela um grave momento de precarização do trabalho docente. Se antes era comum levar trabalho para casa, agora todo o trabalho está em casa.

Conclusão

Por todas as partes, as escolas tiveram os seus projetos de ensino drasticamente comprometidos com a pandemia da Covid-19. Considerando o cenário drástico e de buscas por soluções emergenciais, o Colégio de Aplicação da UFPE, assim como outros, assumiu, inicialmente, a primazia na aquisição de equipamentos e recursos, para amenizar a exclusão digital e não deixar ninguém para trás, e no fortalecimento das formações continuadas na educação básica, de forma a propiciar aos docentes e aos técnicos uma preparação intensiva a fim de promover a prática educacional de forma remota, respeitando a legislação e normativas oficiais emitidas para nortear o ensino durante o período pandêmico.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

Desse modo, o Ensino Remoto Emergencial foi adotado como alternativa temporária para manter, ao mesmo tempo, o isolamento social e a interação do estudante com a escola. Com essa medida, os principais problemas identificados na execução do trabalho remoto foram: a) a adaptação da residência em uma extensão do ambiente profissional; b) a ausência de estrutura adequada na escola e nas casas; c) a baixa qualidade da rede de internet em algumas moradias; d) a falta de equipamentos de tecnologia digital para todos os envolvidos; e) a pouca experiência no trabalho remoto mediado por recursos tecnológicos; e f) a falta de tempo e conhecimento dos pais para o acompanhamento dos estudos dos filhos.

Dessa forma, foram necessárias algumas medidas imediatas, no sentido de incentivar a autonomia dos estudantes, para o estudo fora do ambiente escolar, e preparar os pais para o acompanhamento das atividades escolares dos filhos. Também foram importantes as medidas tomadas para formar os servidores e os estudantes no uso das ferramentas digitais nos estudos e conscientizar a comunidade escolar sobre a realidade pandêmica e a relevância das ações adotadas.

Além dos estudantes, que se mostraram apreensivos com o afastamento físico do espaço escolar, muitos servidores, também, apresentaram preocupações emocionais, com o comprometimento de sua vida profissional, bem como a alteração de sua relação familiar, por conta do intenso trabalho em casa. O ensino remoto provocou a intensificação e a precarização do trabalho, com isso aumentando a exaustão dos docentes. Esse comprometimento da vida profissional e familiar atinge mais severamente as mulheres, que executam suas tarefas pedagógicas em meio às demandas e atribuições domésticas.

Por outro lado, os efeitos das medidas restritivas da pandemia fortaleceram o espírito de comunhão presente no Colégio, como a posição da comunidade escolar de adiar o início das aulas remotas, até que todos os estudantes pudessem acompanhá-las, e a rede de apoio que se formou no atendimento aos estudantes com maiores dificuldades pedagógicas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Por fim, este trabalho registra que o ensino remoto, quando utilizado abruptamente, como foi o caso, sem tempo adequado ao planejamento, à formação docente e à oferta de estrutura técnica digital apropriada, torna-se, por si só, extremamente excludente, isso porque agrava as desigualdades educacionais, com maior *déficit* à rede pública. Os sistemas educacionais públicos têm, com isso, o dever de, a partir do que se aprendeu nesse longo período pandêmico, investir substancialmente na formação continuada dos docentes, na ampliação dos recursos tecnológicos nas escolas e no fortalecimento da educação básica inclusiva.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.62540

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação Remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251>

ARRUDA, E. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede*, v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>

CARMO, E.; BARROSO, R. Envolvimento do Estudante e Tamanho da Escola: um estudo comparado entre escolas públicas na cidade de Recife. *e-Mosaicos*, v. 7, n. 14, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/28723>

CUNHA, L. et al. O Ensino Remoto no Brasil em Tempos de Pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *ComCenso*, v. 7, n. 3, ago. 2020. <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>

HODGES, C. et al. Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, v. 2, 2020. <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>

MOREIRA, J. et al. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020.

https://www.researchgate.net/publication/341885804_Transitando_de_um_ensino_remoto_emergencial_para_uma_educacao_digital_em_rede_em_tempos_de_pandemia

RIBEIRO JUNIOR, M. et al. Ensino Remoto em tempos de Covid-19: aplicações e dificuldades de acesso nos Estados do Piauí e Maranhão. *Boletim de Conjuntura, Boa Vista*, ano III, v. 3, 2020. <https://revista.ufrr.br/boca/article/view/RiberoJunior>

SARAIVA, K. et al. A educação em tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020.

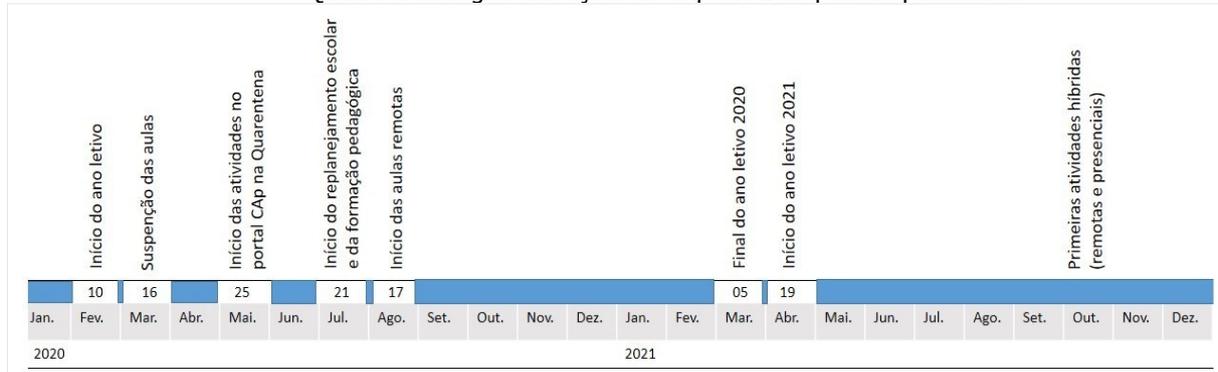
https://www.researchgate.net/publication/343893628_A_educacao_em_tempos_de_COVID-19_ensino_remoto_e_exaustao_docente

VEIGA, F. et al. Envolvimento dos alunos na escola: conceito e relação com o desempenho acadêmico. In: *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, n. 46, v. 2, 2012. p. 31-47. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61445889.pdf>



ANEXO

Quadro cronológico das ações do CAp-UFPE no período pandêmico.



Recebido em 23 de setembro de 2021

Aceito em 15 de novembro de 2021



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença *Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional*.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.